

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA –
AJES**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

9,5

“EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA”

Marcio Leal Teles da Silva

Orientador: Ilso Fernandes do Carmo

ALTA FLORESTA / 2007

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA –
AJES**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

“EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA”

Marcio Leal Teles da Silva

Orientador: Ilso Fernandes do Carmo

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar”.

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA –
AJES**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR

RESUMO

O interesse em desenvolver este trabalho surgiu a partir de algumas situações que venho observando cotidianamente, como, por exemplo, as indagações de qual o papel da escola na formação dos alunos, como também nas dúvidas que pairam sobre ela se realmente está ou não formando cidadãos cômnicos de suas responsabilidades perante a sociedade. Portanto, este trabalho teve como objetivo verificar se a educaçáo escolar contribui na formaçáo cidadã de seus alunos. Este trabalho foi embasado teoricamente em autores como Dalmo Dallari, Jaime Pinsky, Pedro Demo, Moacir Gadotti entre outras bibliografias que tratam sobre o assunto. O trabalho teve como base também, um questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública de Alta Floresta, o qual indagava aos alunos sobre o tema central da pesquisa que é a cidadania. E com base tanto nas informações bibliográficas quanto nas do questionário, as análises foram feitas, onde chegou-se na conclusão de que a escola está sim, ao contrário do que algumas pessoas pensam, contribuindo na formação cidadã de seus alunos, e que portanto, cabe a nós enquanto educadores que somos continuarmos fomentando sobre cidadania tanto no interior da escola como fora também, pois só assim para termos uma sociedade mais justa, solidária, democrática, ou seja, cidadã.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1. REVISÃO DE LITERATURA.....	09
1.1 <i>Concepções sobre cidadania</i>	09
1.2 <i>Um breve passeio pela história da cidadania</i>	12
1.3 <i>A Cidadania no Brasil</i>	15
1.3.1 <i>Os índios e os negros na luta pela cidadania</i>	16
1.3.2 <i>A construção da cidadania a partir das lutas pelos direitos sociais</i>	17
1.4 <i>A educação e a construção da cidadania</i>	19
1.4.1 <i>Os desafios da gestão escolar frente a uma escola cidadã</i>	23
2. RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
2.1 <i>Caracterização da escola pesquisada</i>	30
2.2 <i>Análise e tabulação dos dados</i>	30
2.2.1 <i>Perfil dos alunos pesquisados</i>	31
2.2.2 <i>Os alunos e a temática cidadania</i>	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXOS.....	44

INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é fundamental na formação do indivíduo para a cidadania, pois através dela o educando aprende a ser um membro mais efetivo e atuante na sociedade e com consciência dos seus direitos e deveres, bem como aberto as constantes transformações da sociedade. Mas para isso é preciso que a escola supere algumas barreiras, pois como é do conhecimento de todos e principalmente dos que estão mais envolvidos com a educação escolar, o nosso sistema público de ensino passa por grandes mudanças e são nestas mudanças que passam a esperança de todos por uma educação pública de boa qualidade.

“O ensino público no Brasil está experimentando transformações profundas. Reformas nacionais juntamente com iniciativas em âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar, na tentativa de dar eficácia à escola e universalizar o seu acesso”. (LÜCK et al, 2005:9)

Um dos pontos destas mudanças é com certeza a gestão escolar democrática, movimento este que vem contribuindo para o desenvolvimento do nosso sistema educacional, como afirma LÜCK et al (2005:9)

“A democratização da gestão escolar representa um movimento já iniciado no Brasil, há alguns anos, na tentativa de superar procedimentos tradicionais baseados no corporativismo e no clientelismo. O movimento tem produzido avanços significativos, tais como o envolvimento da comunidade escolar na seleção do diretor da escola, a implantação de conselhos escolares que possuem autoridade deliberativa e também poder decisório e o controle por parte da escola de recursos financeiros”.

No entanto, o que podemos considerar como educação de qualidade? Pode-se dizer que na época em que estamos vivendo não basta apenas a escola ensinar a 'ler e escrever', pois este princípio pode ser considerado ultrapassado (DEMO, 2004).

Em se tratando de qualidade na educação DEMO (2004:28) afirma que:

“Por qualidade educativa da população entende-se acesso universalizado a conhecimento básico educativo, capaz de garantir a todos condições de participar e produzir. Para resumir numa expressão, trata-se de desenhar a formação básica necessária e que deveria estar ao alcance de todos, sobretudo via universalização do 1º grau”.

GADOTTI (2000:6) afirma que:

“A qualidade do ensino está diretamente relacionada ao projeto de sociedade que queremos construir e aos projetos das próprias escolas, que são muito mais eficazes na conquista dessa qualidade do que projetos anônimos e distantes do seu dia-a-dia. Só as escolas conhecem de perto a comunidade e seus projetos podem dar respostas concretas a problemas concretos de cada uma delas”.

Diante disto, uma educação de qualidade deveria seguir os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 205 e ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 no artigo 2º, as quais determinam que *“a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* BRASIL (2004:121); MATO GROSSO (1997:19).

Como vimos na citação anterior, uma das finalidades da educação é o preparo do educando para o exercício da cidadania e é exatamente sobre cidadania que iremos tratar neste trabalho. Pois como sabemos este termo, cidadania, está sempre presente nas discussões que envolvem a educação.

E, então, o que podemos dizer sobre cidadania?

Para GADOTTI (2000:1):

“Já há quem não queira mais falar ou escrever sobre cidadania, tamanha a vulgarização deste termo nos últimos anos. O termo “cidadania” foi apropriado com sentido e significado muito diferentes. Tornou-se uma palavra perigosamente consensual, um envelope vazio no qual podem tanto caber os sonhos de uma sociedade de iguais, uma sociedade de direitos e de deveres, quanto uma sociedade dividida por interesses antagônicos”.

Em linhas gerais pode-se dizer que cidadania é poder ser livre para expressar suas idéias e ter o direito de divulgá-las (SALAZAR, 2007).

GADOTTI (2000:1) diz que *“cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia”*.

O interesse em realizar esta pesquisa surgiu a partir de algumas situações observadas cotidianamente, às quais são citadas a seguir:

Considerando que há alguns anos vem crescendo mais e mais a discussão em torno de qual o verdadeiro papel da escola na formação de seus alunos, tanto no aspecto do aprendizado escolar como ler e escrever e também em outros aspectos como, por exemplo, na formação para o trabalho e na formação humana e social dos indivíduos, como preconiza a nossa Constituição Federal.

Tendo em vista também o aumento significativo da delinquência infanto-juvenil no país; das depredações ao patrimônio público; da prostituição infantil; do desrespeito do jovem para com os mais velhos; dos preconceitos e discriminações de todas as formas existentes na sociedade e, muitos outros tipos de depreciação e desqualificação do caráter e conduta do ser humano os quais estamos sempre vivenciando, assistindo e lendo através da imprensa cotidianamente.

E considerando ainda os relatos e conversas tanto nos corredores da própria escola como também fora dela, nas quais muitas vezes colocam em dúvida a capacidade da escola de formar verdadeiros cidadãos capazes de conhecer e cumprir com seus deveres, bem como de conhecer e exigir o cumprimento dos seus direitos, além de respeitar as diferenças existentes em nosso meio.

Para isso, a pesquisa foi tanto bibliográfica quanto de campo, na qual foi aplicado um questionário aos alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola estadual do município de Alta Floresta – MT, que proporcionaram a obtenção de dados que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

E diante das exposições anteriores o objetivo desta pesquisa foi o de verificar se a educação escolar contribui na formação cidadã dos alunos.

Portanto, nos capítulos a seguir, estaremos abordando mais sobre cidadania e a escola na formação cidadã dos alunos. Sendo que no capítulo 01 que trata da revisão de literatura vamos conhecer as idéias e concepções de vários autores sobre o tema abordado neste trabalho. Em seguida no capítulo 02 veremos os resultados e as discussões com relação à pesquisa de campo, ou seja, os dados

obtidos com o questionário aplicado aos alunos. E finalizando, no capítulo 03, teremos as considerações finais.

1. REVISÃO DE LITERATURA

A fim de esclarecer um pouco mais sobre a temática cidadania e tudo que a envolve, veremos neste capítulo o que alguns autores abordam sobre o assunto. Inicialmente vamos conhecer algumas concepções, definições e conceitos sobre cidadania e cidadão, segundo alguns autores. Na sequência faremos um breve passeio pela história da cidadania. Depois veremos alguns preceitos sobre a construção da cidadania no âmbito escolar, bem como os desafios da gestão escolar democrática diante de uma escola para a cidadania.

1.1- CONCEPÇÕES SOBRE CIDADANIA

Se procurarmos no dicionário veremos que o significado de cidadania é a qualidade de cidadão e que este é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado.

Entretanto, o conceito de cidadania e cidadão vai mais além do que uma simples definição de dicionário e é isto que nós iremos observar neste subcapítulo, no qual nos serão mostrados visões de alguns autores quanto às definições e conceitos sobre cidadania, pois como sabemos este é um tema que de certa forma é polêmico e complexo.

Para Jaime Pinsky, cidadania é um termo que varia no tempo e no espaço.

“Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil (para não falar dos países em que a palavra é tabu), não apenas pelas regras que definem que é ou não titular da cidadania (por direito territorial ou de sangue), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos”. (PINSKY, 2005:9)

Outra visão sobre cidadania é de Dalmo Dallari onde ele afirma que:

“Cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998:14)

Sobre cidadania SALAZAR (2007), tem a seguinte idéia:

“Cidadania é poder ser livre para expressar novas idéias e ter o direito de divulgá-las. É poder eleger um Deputado ou um Presidente ou até mesmo um Vereador, sem que seja questionado sobre sua opinião. É também ter direito de ser gordo ou negro, baixo ou deficiente e poder se encaixar no meio social sem ser discriminado. É poder ser católico ou evangélico sem ser perseguido”.

Pode-se dizer que *“cidadania é um conjunto de direitos e liberdades políticas sociais e econômicas, já estabelecidos ou não pela legislação”.* (CIDADANIA, 2007).

De forma simplificada pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia, sendo que estes direitos dividem-se em três dimensões como civis, sociais e políticos. (GADOTTI, 2000).

Considerando o termo etimológico da palavra, cidadania é derivada de cidadão que vem do latim ‘civitas’ que significa cidade. A cidade era a comunidade organizada politicamente; portanto, cidadão era aquele que estava integrado na vida política da cidade. Na Roma antiga e durante muito tempo, a noção de cidadania esteve ligada à idéia de privilégio, pois os direitos de cidadania eram explicitamente restritos à determinadas classes e grupos. Entretanto, a definição de cidadania foi sofrendo alterações ao longo dos tempos, seja pelas alterações dos modelos econômicos, políticos e sociais ou como conquistas, resultantes das pressões exercidas pelos excluídos dos direitos e garantias a poucos preservados, num rico processo histórico que contribuiu e muito para a construção da nossa cidadania. (CIDADANIA, 2007).

Devemos entender que a cidadania não surge do nada como num passe de mágica, nem tão pouco a simples conquista legal de alguns direitos significa a realização destes. É necessário que o cidadão participe, seja ativo, faça valer os seus direitos. O simples fato de existir o Código de Defesa do Consumidor, não significa que os nossos direitos deixarão de ser desrespeitados ou que estes direitos se tornarão efetivos. Nós, enquanto cidadãos, devemos nos apropriar desses direitos fazendo-os valer, pois, senão eles ficarão só no papel. A construção da cidadania significa construir novas relações e consciências. Cidadania é algo que não se aprende apenas lendo os livros, mas principalmente com a prática e convivência diária de nossa vida social e pública. É no convívio cotidiano que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com o nosso próximo, com a coisa pública, e o próprio meio ambiente. A cidadania deve ser perpassada por várias dimensões como a solidariedade, a democracia os direitos humanos, a ecologia, a ética. Cidadania é tarefa que não termina nunca. Enquanto seres inacabados que somos, sempre estaremos buscando, descobrindo, criando e tomando consciência mais ampla dos direitos. Novos desafios surgirão em nossas vidas, demandando novas conquistas e, portanto, mais cidadania. (O QUE É CIDADANIA, 2007).

Com o passar dos tempos o conceito de cidadania foi tornando-se mais complexo, tendo em vista que os nossos direitos foram se ampliando e conseqüentemente ampliando também o conceito de cidadania. Devemos compreender que existem diferentes concepções de cidadania, sendo que uma é a concepção consumista, a qual está ligada ao direito de defesa do consumidor e a outra é a concepção plena, ou seja, se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista de novos direitos e na participação direta da população na gestão da vida pública. (GADOTTI, 2000).

Segundo Adela Cortina, apud GADOTTI (2000:2) a cidadania plena constitui-se de várias dimensões complementares, como:

*“**cidadania política:** direito de participação numa comunidade política; **cidadania social:** que compreende a justiça como exigência ética da sociedade de bem viver; **cidadania econômica:** participação na gestão e nos lucros da empresa, transformação produtiva com equidade; **cidadania civil:** afirmação de valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo; **cidadania intercultural:** afirmação da interculturalidade como projeto ético e político frente ao etnocentrismo.*

Percebemos com estas explanações que existem várias visões e compreensões do que é cidadania e ser cidadão, portanto, depende de nós a busca e a realização de uma sociedade mais democrática, justa, solidária, enfim uma sociedade realmente cidadã.

1.2- UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA DA CIDADANIA

No livro “*A história da Cidadania*”, o qual acredito que é sem dúvida alguma um Marco Teórico de grande importância para quem quer entender e conhecer um pouco mais sobre a história da cidadania, um de seus autores e organizadores o professor Jaime Pinsky faz e, entendo que com muita competência, um pequeno ensaio sobre períodos da Antiguidade da nossa história a fim de elucidar como se deu todo o processo inicial de construção da cidadania. Num dos capítulos do livro intitulado de *os profetas sociais e o Deus da cidadania* o autor recorre inclusive a passagens e personagens bíblicos para identificar alguns pontos capazes de esclarecer melhor o possível surgimento da idéia de cidadania, como veremos a seguir.

Ao longo da história batalhas foram travadas entre grupos rivais e eles recorriam aos seus deuses verdadeiros e mais poderosos segundo a crença de cada povo. E foi assim que, conforme os hebreus, durante muito tempo, o deus deles, considerado como uma divindade tribal, e senhor dos exércitos, que tinha como função a proteção dos seus seguidores e ajudá-los de forma implacável a derrotar os seus inimigos. No entanto, não foi essa a grande contribuição do povo hebreu – *antecessores dos judeus modernos* – para a humanidade; e sim, a idéia de um deus que não se satisfazia em ajudar os exércitos em batalhas, mas que exigia um comportamento ético dos seus seguidores. Um deus que não se preocupava em ser idolatrado, mas comprometido com os problemas do seu povo, como a exclusão social, a pobreza, a fome e a solidariedade, em fim um deus que se não fosse o anacronismo diríamos que se preocupava com a cidadania (PINSKY, 2005).

Seguindo o raciocínio do autor, um dos fatores que levantou a idéia de cidadania foi a doutrinação dos chamados profetas sociais, pois estabeleceu fundamentos que se tornaram base para as grandes religiões ocidentais

constituindo-se provavelmente na primeira expressão documentada e politicamente relevante daquilo que podemos chamar de pré-história da cidadania.

Dentre tantos profetas daquela época, dois destacaram-se por serem revolucionários e proporem uma nova sociedade. São eles Amós e Isaías, que segundo PINSKY (2005:27):

“Amós e Isaías romperam com o ritualismo e com o pequeno deus nacional, um deus que necessitava do templo e dos sacerdotes para se impor. Ao criticarem o que existia e proporem uma nova sociedade, cortam suas amarras e partem para mar aberto. Desistem do deus do templo, de qualquer templo, e criam o deus da cidadania”.

Séculos mais a frente, na era da Grécia e Roma Antigas fundamenta-se também o que podemos chamar de patente da idéia de cidadania.

Na Grécia dos famosos filósofos, Platão e Aristóteles a sociedade apresentava a dicotomia cidadão e não-cidadão e existia restrição para condição de cidadão, pois considerava-se como tal o indivíduo que estivesse em situação de opinar sobre os rumos da sociedade, sendo que o ponto chave dessa tal situação era principalmente ser um homem totalmente livre, porque para se envolver com as causas públicas exigia-se dedicação em tempo integral, o que não era o caso de trabalhadores, mulheres, escravos e estrangeiros. Portanto, ser cidadão naquela época se restringia apenas aos donos do poder e proprietários de terras, pois só assim para ter tempo livre de discutir e decidir os rumos da sociedade. A idéia principal de cidadania na Grécia compreendia apenas os direitos políticos (SANTANA, 2007).

Desde aquela época, apesar da dicotomia citada anteriormente, a cidadania já era um bem de grande importância para a sociedade.

“A cidadania era para os gregos um bem inestimável. Para eles a plena realização do homem se fazia na sua participação integral na vida social e política da Cidade-Estado. Só possuía significação se todos os cidadãos participassem integralmente da vida política e social e isso só era possível em comunidades pequenas”. (MORAIS apud SANTANA, 2007:4)

Já na Roma antiga o termo cidadania começou a ser usado para indicar a situação política de uma pessoa, bem como os direitos que ela tinha ou podia exercer (DALLARI, 2007).

O que nós hoje, entendemos como cidadania foi inspirada em muitos eventos históricos antigos e um deles foram as realidades do mundo greco-romano

as quais levaram os primeiros pensadores a se debruçarem sobre o assunto creditando-se a idéia atual de cidadania a fatores daquela época como, democracia, liberdade do indivíduo, participação popular nas decisões e soberania do povo. No entanto, a imagem da antiga cidadania podemos dizer que era falsa e idealizada; isto porque naquela época a estruturação social era bem diferente dos dias atuais, tendo em vista que o mundo greco-romano se organizava em Cidades-estado e não como Estados-nacionais como no mundo contemporâneo. Com isso o indivíduo que não pertencesse à cidade-estado, era excluído não sendo reconhecido como indivíduos plenos e livres e que por isso não tinham direitos e garantias de sua pessoa e seus bens (GUARINELLO in: PINSKY, 2005).

Assim como hoje, em Roma também havia divisão das classes sociais, onde os romanos não se consideravam todos iguais, pois havia os membros das famílias mais importantes que tinham participado da fundação de Roma e que por isso eram considerados nobres, os plebeus – pessoas comuns – que por sua vez não tinham o direito de ocupar os cargos políticos (DALLARI, 2007).

Segundo SANTANA (2007:5) *“a cidadania romana era atribuída somente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos”*.

Para BERNARDES apud SANTANA (2007:5):

“em Roma existiam três classes sociais: os patrícios (descendentes dos fundadores), os plebeus (descendentes dos estrangeiros) e os escravos (prisioneiros de guerra e os que não saldavam suas dívidas)”.

A diferença entre patrícios e plebeus foi objeto de várias lutas internas entre eles, pois os plebeus, apesar de serem livres não eram considerados cidadãos, já os patrícios gozavam de todos os direitos políticos, civis e religiosos, dando-lhes a prerrogativa de serem cidadãos romanos (SANTANA, 2007).

Assim como é até hoje, a busca pela cidadania e conseqüentemente pelos nossos direitos é de forma histórica sempre através de muitas lutas e ela nunca vem de ‘mão beijada’. E foi assim através das divergências entre plebeus e patrícios a luta pelos direitos civis por parte dos plebeus. Com o passar dos tempos a plebe urbana acumulou riquezas através de muito trabalho, como o artesanato e o comércio. Porém, apesar de toda a riqueza eles não usufruíam dos mesmos direitos dos patrícios, os quais eles tanto sonhavam, que eram votar no Senado, ocupar

cargos importantes perante a sociedade e até mesmo o casamento entre eles, o que era proibido. Os plebeus da área rural também lutavam por seus direitos, como o fim da escravidão por motivos de endividamento, e por terras conquistadas de outros povos. E foi assim, que apesar de interesses distintos, os plebeus não tiveram dificuldades em se unirem na luta pela cidadania contra o patriciado (FUNARI in: PINSKY, 2005).

A construção e o desenvolvimento da cidadania foram se dando por toda nossa história, séculos após séculos. Todos os nossos períodos históricos foram importantes para que esta instituição da humanidade chamada 'cidadania', fosse consolidada.

Um desses momentos históricos importantes para a constituição da cidadania, foi o que podemos chamar de era da burguesia, lá pelos idos dos séculos XVII e XVIII, onde os burgueses e os trabalhadores cansados com os mandos e desmandos dos reis absolutistas, partiram para uma série de revoluções, as quais podemos entendê-las como um dos importantes fundamentos da cidadania (DALLARI, 2007).

As tão conhecidas revoluções burguesas como a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e a Revolução Americana podem ser descritas como os alicerces da cidadania (PINSKY, 2005).

1.3- A CIDADANIA NO BRASIL

Saindo do contexto histórico de fundamentação da cidadania em âmbito mundial, vamos retratar um pouco do processo histórico brasileiro.

Pode-se dizer que a história da cidadania no Brasil está diretamente ligada ao estudo histórico da evolução constitucional do país. A constituição imperial de 1824 e a primeira constituição republicana de 1891 consagravam a expressão cidadania. Mas, a partir de 1930, ocorre uma nítida distinção nos conceitos de cidadania, nacionalidade e naturalidade. Desde então, nacionalidade refere-se à qualidade de quem é membro do Estado Brasileiro, e o termo cidadania tem sido empregado para definir a condição daqueles que, como nacionais, exercem direitos políticos. A história da cidadania no Brasil é praticamente inseparável da história das

lutas pelos direitos fundamentais da pessoa: lutas marcadas por massacres, violência, exclusão e outras variáveis que caracterizam o Brasil desde os tempos da colonização. Há um longo caminho ainda a percorrer: a questão indígena, a questão agrária, posse e uso da terra, concentração da renda nacional, desigualdades e exclusão social, desemprego, miséria, analfabetismo, etc (SANTANA, 2007).

1.3.1- OS ÍNDIOS E OS NEGROS NA LUTA PELA CIDADANIA

Desde a colonização a luta dos índios por seus territórios e seus direitos tornou-se um dos pontos importantes para construção da cidadania no Brasil.

Parece ser uma extrapolação da boa vontade intelectual associar a noção de cidadania ao índio brasileiro. Se até a classe média reclama de carências políticas e sociais, imaginem o índio. É por demais reconhecido que, junto com o africano desenraizado e escravizado, agora pauperizado e oprimido, o índio foi quem mais sofreu as agruras do sistema colonialista português. No entanto, apesar de todos esses séculos, o caminho para a consolidação da cidadania para os índios é ainda longo e áspero, mas não irreal. A garantia de suas terras, a integração social e a participação política ao Brasil, com autonomia cultural, e ainda o fortalecimento de suas economias são estágios a serem vencidos, passo a passo. É um caminho em que os demais brasileiros devem dar a mão aos índios, com a consciência posta de que algo de bom resultará dessa união (GOMES in: PINSKY, 2005).

Outra situação também marcante e que até hoje serve de respaldo para a instituição da cidadania no Brasil, é a questão dos negros, pois, todos sabemos como se deu o processo de colonização das Américas e principalmente a brasileira. Processo este que foi sustentado com base na escravidão de índios e fundamentalmente de negros, os quais sofrem até hoje, por causa desta página vergonhosa da nossa história. Os milhões de negros arrancados dos seios de sua terra mãe eram comercializados como uma mercadoria qualquer, tornando-se escravos e ajudando a construir a riqueza dos brancos. Eles não possuíam nenhuma espécie de direito, apenas obrigações, pois precisavam compensar seus senhores pelo investimento feito:

“Enquanto isso há a pressão das economias coloniais por braços escravos e, fundamentalmente, o negócio lucrativo do tráfico atlântico africano que envolvia, além de comerciantes europeus, as elites coloniais, aliás, foram estas as que mais lucraram com o tráfico e constituíram sobre a escravidão negra suas riquezas. Assim, cada vez mais homens e mulheres africanos escravizados desembarcavam nas áreas coloniais. Calcula-se em dez milhões, ou mais, a quantidade de africanos transportados para as várias regiões das Américas entre os séculos XVI e XIX, tendo o Brasil recebido 40% destes”. (GOMES in: PINSKY, 2005:448)

Embora este período da história não é um fato do qual possamos nos orgulhar ele contribuiu de certa forma para a construção da cidadania no Brasil. Tendo em vista que para garantirem sua liberdade muitas vezes só restavam aos escravos a fuga, e ao fugirem eles criavam os quilombos, comunidades negras, as quais eles estabeleciam suas regras para tentar se tornarem independentes, como afirma GOMES in: PINSKY (2005:457) *“sem generalizações, é possível afirmar que, em muitas regiões brasileiras, alguns quilombos foram quase reconhecidos como comunidades de camponeses independentes”*.

Diante de todo este processo histórico do nosso país da luta dos negros por seus direitos vale destacar que:

“[...] a recuperação da história dos quilombos como importante capítulo das lutas em torno do acesso à terra, face a importante da luta pela cidadania, no Brasil, sua dimensão étnica e as reconstruções culturais relativas”. (GOMES in: PINSKY, 2005:463).

1.3.2- A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DAS LUTAS PELOS DIREITOS SOCIAIS

Além dessas situações vividas no Brasil, como a dos índios e os negros, outros fatores foram de grande relevância para construção da nossa cidadania como, por exemplo, a luta pelos direitos sociais e trabalhistas, a luta contra a Ditadura Militar, a luta feminina por seus direitos, a conquista do voto direto para todos os cargos políticos, entre outros.

Neste sentido, farei a seguir citações que podem ilustrar melhor estas lutas.

“Foi justamente no início do período republicano, quando do primeiro surto industrial na região Centro-Sul do país, que os trabalhadores surgiram na cena política. A concepção vigente em grande parte da Primeira República, de nítida inspiração liberal, relegava as relações entre assalariados e patrões ao âmbito privado, abstando-se o Estado de qualquer interferência nesse mercado, ainda que o decreto nº

1637, de 1907, houvesse reconhecido o direito de associação e reunião para todos os que exercessem profissões similares ou conexas, tendo em vista a defesa e o desenvolvimento de interesses comuns. As agremiações estavam livres da ingerência estatal e não dependiam de autorização prévia para funcionar. Esse ponto é importante na medida em que se admitia, pelo menos em tese, a presença no mercado de compra e venda de força de trabalho dos sindicatos, que são entes coletivos”. (LUCA in: PINSKY, 2005:470-471)

Outro ponto destacado por LUCA in: PINSKY (2005:483) foi que:

“Durante o governo Goulart (1961-64), a mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais assumiu proporções até então desconhecidas, envolvendo sindicatos, ligas camponesas, setores da igreja Católica, estudantes, intelectuais, sargentos, soldados e marinheiros. Multiplicaram-se as greves de conteúdo político – tal como ocorreu entre agosto e setembro de 1961, quando se exigiu a posse do vice-presidente, e no movimento de julho do ano seguinte, em prol da formação de um ministério democrático e nacionalista –, indícios de que diferentes setores sociais desejavam participar mais ativamente do debate em torno das grandes questões nacionais”.

Continuando com o raciocínio da autora, ela traz também que apesar do país estar vivendo num período ditatorial, a população bem como os trabalhadores continuavam na luta por seus direitos, culminando com a queda da ditadura e o surgimento do movimento pelas eleições diretas.

“Apesar da legislação antigreve, os trabalhadores passaram a desafiar o governo e sua política salarial, realizando gigantescas paralisações que chegaram a reunir mais de 80 mil grevistas. O ressurgimento do movimento operário, silenciado desde abril de 1964, indicava a emergência de uma nova liderança, apoiada nas comissões de fábrica e comandos de greve, que pregava a autonomia sindical e que não estava comprometida com os limites impostos pela estrutura sindical herdada do primeiro governo Vargas [...] A luta em prol da emenda constitucional que previa o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República (1984), por sua vez, foi acompanhada de intensa participação popular. Apesar da proposta haver sido derrotada no Congresso, o clamor das ruas foi fundamental para tornar irreversível a saída dos militares do poder, que se consubstanciou com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney (1985) [...] Em 1988 foi promulgada a nova Constituição que, simbolicamente, marcou o restabelecimento do Estado democrático [...] O direito de voto foi universalizado, por meio da extensão facultativa aos maiores de 16 anos e aos analfabeto, que finalmente tiveram sua cidadania política reconhecida”. (LUCA in: PINSKY, 2005:486-487).

Apesar de sermos uma das maiores economias do planeta, alguns fatores contrastam-se com essa situação como, por exemplo, somos uma das piores distribuições de renda do mundo culminando com uma enorme desigualdade social. E dentre as várias formas de desigualdades uma delas atingiu especificamente as mulheres, como afirma MORAES in: PINSKY (2005:495)

“Essa desigualdade atinge especialmente as mulheres, que são mais pobres que os homens, ganham menores salários e assumem maiores responsabilidades familiares e domésticas. As mulheres brasileiras, discriminadas e oprimidas, como na maior parte das sociedades, constituem, entretanto, um dos segmentos que mais se destacam na luta pela universalização dos direitos sociais, políticos e civis”.

No entanto as mulheres a cada tempo que passa tornam-se mais poderosas e independentes e não se desanimam na luta por seus direitos, buscando cada vez mais sua identidade cidadã.

“A indiscutível supremacia das mulheres nos movimentos comunitários, especialmente entre as populações mais pobres, tem sido um importante canal de conscientização de direitos de cidadania. [...] As transformações ocorridas na situação da mulher são de profundo alcance e extensão. Em meio século, elas passaram a viver mais, aumentaram sua participação na população economicamente ativa, são reconhecidas como responsáveis pelas crianças pequenas e por um quarto do total das famílias brasileiras, superaram os homens em nível educacional. A conquista da autonomia financeira, como reiterada e unanimemente repetiam as diversas correntes feministas, é a condição primordial para a conquista da cidadania, pois permite romper a dependência econômica”. (MORAES in: PINSKY, 2005:513).

Diante destes fatos que constituíram o processo histórico de conquista de direitos e deveres concretizam-se a cidadania e a democracia. Portanto, um dos grandes desafios dos nossos dias é o enfrentamento de situações de extremas miséria e carência, reflexos de um país de enormes desigualdades sociais como o nosso. (MORAES in: PINSKY, 2005).

1.4- A EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Parece óbvio dizer que o papel da escola é educar para o desenvolvimento da cidadania, pois como sabemos, ela é de extraordinária importância nesta função. Sabemos que a Educação Básica como o próprio termo fala é a base primordial para a formação cidadã dos educandos. Portanto, com um trabalho bem feito é possível executar tal tarefa, pois os alunos vêm para escola cheios de imaginação e com isto surge a esperança de que possamos prepará-los para o exercício da cidadania através da conscientização e sensibilização com relação aos diversos valores coerentes com uma sociedade democrática e cidadã. Para isso precisamos que o processo de ensino seja de boa qualidade, pois como afirma os Parâmetros Curriculares Nacionais:

"A escola deve ser um lugar onde cada aluno encontre a possibilidade de se instrumentalizar para a realização de seus projetos; por isso, a qualidade do ensino é condição necessária a formação moral de seus alunos. Se a escola não promove um ensino de boa qualidade, a escola condena seus alunos a sérias dificuldades futuras na vida e, decorrentemente, a que vejam seus projetos de vida frustrados. Ao lado do trabalho de ensino, o convívio dentro da escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos como aliados à perspectiva de uma "vida boa". Dessa forma, não somente os alunos perceberão que esses valores e as regras decorrentes são coerentes com seus projetos de felicidade como serão integrados às suas personalidades, se respeitá-los" (BRASIL, 2001: 79-80).

A educação enquanto direito social que temos é fundamental no desenvolvimento da personalidade humana e no fortalecimento do respeito aos direitos humanos e a democracia. É através da dela que se proporciona ao indivíduo uma reflexão mais qualificada para o exercício da cidadania. A educação não se faz com demagogia, mas sim com seriedade e compromisso, sendo assim, ela requer um educador e um sistema educacional comprometido com a verdade e a garantia desse direito.

"Para desenvolver a cidadania, a escola precisa de professores que sejam pessoas confiáveis, mediadores interculturais, coordenadores de uma comunidade educativa, fiadores da Lei, organizadores de uma pequena democracia, condutores culturais e finalmente intelectuais. Essas qualidades só se revelarão se forem explicitamente buscadas e desenvolvidas na formação dos professores". (PERRENOUD, 2005:17).

A cidadania não pode ser entendida como uma condição definitiva e acabada, pois ela só se realiza na dinâmica, no processo contínuo de conquista e defesa, construção e expansão, tanto no plano ético e cultural, no interesse individual e coletivo, daí a importância de um sistema educacional voltado para a nossa realidade, preocupado com as questões sociais.

"O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental". (BRASIL, 2001:15).

Portanto, a cidadania se efetiva pela participação, bem como no usufruto dos direitos individuais e sociais. A participação se faz através de organizações civis, sindicatos, em movimentos sociais, em eleições, etc. E aí que entra a importância da educação. A educação é fundamental na formação do cidadão, ao capacitá-lo a participar no exercício da cidadania, através das decisões

políticas. É por isso que o ensino em todos os seus níveis deve se preocupar não apenas com a capacitação para o trabalho, mas relacionar diretamente a ação produtiva com o exercício da cidadania.

É importante ressaltar que tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394/96, trazem que um dos objetivos da educação é a preparação para a cidadania.

Como sabemos cidadania está ligada aos vários direitos que possuímos tornando-se impossível falar de cidadania sem falar dos Direitos Humanos.

Entretanto, quando se trata dos direitos humanos, existem certas pessoas que não são muito fãs de sua preconização, é o que afirma DALLARI in: CARVALHO (2004:21)

“Em relação aos direitos humanos, é preciso dizer que ainda há muitos preconceitos e muita malícia, sobretudo por parte de pessoas que não desejam ver fomentado o interesse por eles, uma vez que isso estimularia a busca da eliminação de muitos privilégios e das enormes injustiças sociais existentes no mundo contemporâneo e de modo particularmente agudo no Brasil. É precisamente da parte daqueles que gozam de privilégios decorrentes das desigualdades sociais que encontramos as maiores resistências à discussão dessa temática; e essas resistências se manifestam principalmente por meio de uma postura de desmoralização da própria expressão direitos humanos”.

Diante disto é preciso que tenhamos muita firmeza e segurança para enfrentarmos esta oposição e tentativa de desqualificação dos direitos humanos por parte destes privilegiados. Nesta perspectiva faz-se necessário uma perseverante e sistemática divulgação dos conhecimentos básicos sobre o assunto, bem como os ideais de democracia e cidadania. Pois, quando se fala de direitos humanos, fala-se dos direitos fundamentais do ser humano; eles são entendidos como fundamentais porque são necessários seu reconhecimento, proteção e promoção e se tratando da preservação e respeito a dignidade humana. Pode-se dizer que eles se equivalem às necessidades humanas fundamentais. (DALLARI in: CARVALHO, 2004).

Portanto, quando pensamos em promoção e divulgação dos nossos direitos humanos e conseqüentemente da construção da cidadania é importante que a escola cumpra com o seu papel de formação para a cidadania.

“O ideal de uma educação que se empenhe em formar e aprimorar a conduta dos jovens, de forma que esta venha a ser fundada no respeito e certos princípios fundamentais da vida pública e da

dignidade do ser humano, ou seja, o ideal de uma formação para o exercício da cidadania e para a conduta ética, está entre os objetivos mais amplos e ao mesmo tempo mais consensuais da ação educativa escolar”. (CARVALHO, 2004:85).

É importante reconhecermos que não são apenas nos documentos oficiais que tratam sobre educação que estão presentes o ideal de formação para a cidadania. Nos discursos dos profissionais da educação, nos livros didáticos, nas propostas pedagógicas das escolas, dos pais dos alunos e até a mídia, trazem a necessidade de que a escola se empenhe na tarefa de formar realmente cidadãos ativos, pois o que parece é dela que depende a solidificação e a continuidade de um modo de vida que pelo menos no discurso, atribuímos ter um valor especial. (CARVALHO, 2004).

No entanto, para algumas pessoas não se pode creditar toda a responsabilidade da formação cidadã para a escola. E o sociólogo Philippe Perrenoud é uma delas, pois em seu livro *“ESCOLA E CIDADANIA – O papel da escola na formação para a democracia”* ele faz um ensaio, sobre alguns fatores ao qual não se pode atribuir à escola o papel principal de formadora para a cidadania, pois como ele afirma *“a escola não é um santuário à margem do mundo”*.

“Quem não desejaria que a escola fosse a redentora dos pecados da sociedade? É preciso lembrar, no entanto, que a escola está na sociedade, é fruto dela, é de onde extrai seus recursos. Sua “autonomia relativa” não a torna um santuário à margem do mundo, nem um superego. Não se pode exigir que ela preserve ou inculque valores que uma parte da sociedade vilipendia ou só respeita da boca para fora. É claro que, em uma sociedade dividida, temos o direito de incitar mais firmemente o sistema educacional a se situar do lado da cidadania e da comunidade, e não do cinismo e do individualismo, trabalhar para desenvolver uma identidade e competências cidadãs. Não podemos exigir que o faça, além de tudo, sem renunciar a nada. [...] Um sistema educacional não pode ser muito mais virtuoso que a sociedade da qual extrai sua legitimidade e seus recursos. Se nossa sociedade é individualista, se nela todos vivem fechando os olhos às injustiças do mundo, limitando-se a tirar o corpo fora, é inútil exigir da escola que professe valores da solidariedade que a sociedade ignora ou escarnece no dia-a-dia em suas mídias, e sua vida política, naquilo que se passa nos estádios, nas empresas, nos bairros”. (PERRENOUD, 2005:9-10).

É claro que Perrenoud, não é totalmente pessimista quanto ao papel da escola na formação para a cidadania, porém, para ele a escola para cumprir este papel necessita abrir mão de algumas coisas, reorganizar suas prioridades e levar em conta um conjunto de alavancas disponíveis, como: os programas, a relação com o saber, as relações pedagógicas, a avaliação, a participação dos alunos, o papel das famílias na escola, o seu grau de organização como uma comunidade

democrática e solidária. Portanto, para que isso ocorra é preciso agir em pelo menos três frentes, que são:

“1- Permitir a cada um construir os conhecimentos e as competências necessárias para fazer frente à complexidade do mundo e da sociedade; muitos alunos saem da escola desprovidos de meios intelectuais para se informar, para formar uma opinião, para defender um ponto de vista através da argumentação. 2- Utilizar os saberes para desenvolver a razão, o respeito à maneira de ser e à opinião do outro. Nada mais simples, aparentemente, pois a vocação dos saberes disciplinares é tornar o mundo inteligível e, assim, ajudar a dominá-lo pela inteligência, não pela violência. Mas o enciclopedismo dos programas contraria esse projeto de emancipação. Para desenvolver a cidadania, é preciso visar a uma cultura científica, em vez de uma acumulação de conhecimentos fragmentados; o desenvolvimento de uma postura reflexiva e de uma ética da discussão, em vez da submissão à autoridade da ciência ou do professor; a formação duradoura, em vez do estímulo à “decoreba” para se sair bem nos exames, os quais valorizam a quantidade de conhecimentos restituídos, e não a qualidade de sua apropriação. 3- Consagrar tempo, meios, competências e inventividade didática em um trabalho mais intensivo e continuado sobre os valores, as representações e os conhecimentos que toda democracia, todo contrato social pressupõe”. (PERRENOUD, 2005:11-12).

De certa forma pode-se dizer que outros autores compartilham da mesma idéia de Perrenoud, é o caso de Jaime Pinsky, pois para ele apesar dos problemas enfrentados por nossa escola pública ela não deve jogar a toalha, mas sim encará-los de frente.

“[...] a escola pública pode e deve voltar a exercer um papel central no nosso sistema educacional, desde que se faça uma avaliação correta dos seus problemas, um planejamento lúcido das prioridades e uma operacionalização adequada e corajosa das soluções que se fizerem necessárias. [...] se é improvável transformar (durante um único governo) a educação pública que temos naquela com a qual sonhamos, é possível promover alterações profundas e irreversíveis, desde que se convoquem professores e pais para participar das mudanças, e não para simplesmente executar decisões tomadas em gabinetes distantes das salas de aula”. (PINSKY, 2005:112).

Segundo (PINSKY, 2005) a questão central tem a ver com a própria prática da cidadania, pois a escola pública não é vista como um órgão transformador da sociedade que visa permitir oportunidades iguais a todos, mas sim é vista apenas como mais um aparelho ideológico do estado. No entanto se as pessoas mudassem suas atitudes com relação a escola era possível a construção de uma importante virada, pois cidadania é participação, e ao contrário do que muitos pensam, aprende-se sim na escola.

1.4.1- OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA FRENTE A UMA ESCOLA CIDADÃ

Após estas explanações que serviram de certa forma, como um alerta, no qual nos chama a atenção para que não joguemos toda a responsabilidade da formação cidadã para escola, sem que antes transformamo-la primeiro realmente em uma escola capaz de formar os cidadãos que desejamos, vamos abordar a seguir algumas defesas sobre a importância de uma *escola cidadã*, bem como os desafios da gestão escolar.

“Um bom início para a escola que queira ser uma escola cidadã seja: contemplar e seu projeto educativo a vontade, a intenção de ser escola cidadã. Assim, é preciso querer ser cidadã e não apenas formular a palavra cidadania de uma forma vã. A partir do querer, do optar por ser escola cidadã, três posturas devem ser adotadas pela comunidade educativa, são elas: 1- Conhecer a realidade a sua volta e apresentá-la a comunidade educativa. Fazer um levantamento, nas mediações dos principais locais onde é possível desenvolver um trabalho protagonizado pelos educandos. 2- Propor a esta mesma comunidade desafios que comecem na sala de aula e continuem em locais escolhidos creches, asilos, etc. 3- Dispor educadores e educadoras que orientem grupos de educandos nos projetos propostos”. (NASCIMENTO, 2007).

Entendo que Paulo Freire apud GADOTTI (2000:2) faz uma bela definição do que é realmente uma escola cidadã:

“A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadão na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia”.

A proposta de uma escola cidadã surge como uma resposta à burocratização e falência do ensino oficial, que apesar de democrático, não garante a qualidade da educação, e resposta ao sistema privado que apesar de às vezes eficiente é sempre elitista. (GADOTTI, 1998).

Em se tratando da implantação de um processo de escola cidadã e conseqüentemente de boa qualidade acredito que se faz necessário a prática de uma gestão educacional democrática, pois só assim toda a comunidade escolar poderá participar do processo de desenvolvimento da cidadania perante a sociedade.

“A institucionalização da democracia, associada ao aprimoramento da eficácia e da qualidade da educação pública, tem sido uma força poderosa a estimular o processo de mudanças na forma de gerir escolas no Brasil. A participação da comunidade escolar, incluindo professores, especialistas, pais, alunos, funcionários e gestores da escola, é parte desse esforço, que promove o afastamento das tradições corporativas e clientelistas, prejudiciais à melhoria do ensino, por visarem o atendimento a interesses pessoais e de grupos”. (LÜCK et al, 2005:15).

Segundo (LÜCK, 2006) a gestão educacional vem se constituindo num conceito comum no discurso de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas. Isto porque foi reconhecido como base fundamental para a organização significativa e estabelecimento de unidade dos processos educacionais e mobilização das pessoas voltadas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino que oferecem.

Claro que quando falamos em gestão educacional não significa que isto se restringe a apenas ao âmbito escolar, mas também a todas as instâncias superiores do sistema educacional, como afirma LÜCK (2006:25):

“[...] quando se fala sobre gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro, a partir dos órgãos superiores dos sistemas de ensino, e em âmbito micro, a partir das escolas. A expressão gestão educacional abrange a gestão de sistemas de ensino e a gestão escolar”.

O movimento de gestão escolar democrática que nos últimos anos vem se implantando no Brasil está em consonância com as tendências mundiais. Em muitos países desenvolvidos este processo foi consolidado e assim como no Brasil preocupa-se com a eficácia escolar, ou seja, com uma educação de boa qualidade, despertando os alunos para que conheçam o seu mundo, a si mesmo e utilizem instrumentos adequados para enfrentarem os desafios da vida, bem como o exercício da cidadania. Este movimento de gestão escolar democrática promove na comunidade escolar o compartilhamento das responsabilidades, no intuito de intensificar a legitimidade do nosso sistema escolar. (LÜCK et al, 2005).

Como sabemos a base primordial de um processo gestor realmente democrático é a participação de todos os envolvidos, ou seja, o gestor escolar, os professores e demais profissionais da escola, os alunos, os pais e até mesmo os responsáveis pelas instâncias superiores do sistema educacional. Esta premissa de participação é um dos propósitos da cidadania, tendo em vista que ao participar de

algo que contribua para o progresso da sociedade, é com certeza um exercício de democracia, bem como de cidadania.

Heloisa Lück et al, aborda alguns pontos fundamentais do porquê de um processo de gestão escolar participativa, são eles:

“ Melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional das escolas. * Garantir ao currículo escolar maior sentido de realidade e atualidade. * Aumentar o profissionalismo dos professores. * Combater o isolamento físico, administrativo e profissional dos gestores e professores. * Motivar o apoio das comunidades escolar e local às escolas. * Desenvolver objetivos comuns na comunidade escolar”. (2005:18)*

Outros fatores que acredito ser importantes para o fortalecimento da gestão escolar e que fomentam a cidadania na escola são os colegiados internos da escola, como, por exemplo, o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, como é chamado em Mato Grosso, ou similares noutros Estados; o Grêmio Estudantil; as reuniões tanto pedagógicas quanto de pais, o Conselho de Classe, e outras formas de encontros que contribuem para a exposição, debates e deliberações de idéias e opiniões no intuito de engrandecer a participação de todos na busca por uma escola mais democrática e cidadã. É claro que isso só será possível se realmente todos participarem e se engajarem nesta luta.

Nesta perspectiva dos colegiados escolares, possivelmente o Conselho Escolar é o principal ponto de apoio na sustentabilidade de uma gestão escolar democrática, por isso se faz importante o seu fortalecimento dentro da unidade escolar.

“A escola é ao mesmo tempo instituição constituinte da sociedade e constitutiva desta, ou seja, é neste movimento de diferentes personagens históricos nas decisões da escola que ela vai se tornando real, mais concreta aos olhos da comunidade; e, similarmente, vai tecendo normas de conduta, princípios e valores que incidirão sobre as práticas comunitárias e sociais que vão ocorrer além dos muros das escolas, através dos indivíduos que lá vão sendo formados. É por isso que o fortalecimento dos Conselhos Escolares é uma ação eminentemente política e de gestão escolar”. (FRANCO, 2006:14)

Se considerarmos a contribuição da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são primordialmente, o sustentáculo do projeto político-pedagógico que permite a definição dos rumos e das prioridades da escola numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e

as necessidades da maioria da sociedade. O projeto político-pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos da escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Daí a importância dos Conselhos Escolares, tendo em vista que eles são órgãos colegiados e são compostos por representantes da comunidade escolar local e que por isso conhecem a realidade na qual a escola está inserida. (BRASIL, 2004).

É claro que para o desenvolvimento e fortalecimento do processo de gestão escolar democrático é imprescindível um outro fator, o da autonomia. Em se tratando de autonomia escolar, não podemos dizer que esta relaciona-se apenas à dimensão financeira, mas também a dimensão política, pois esta aliada à competência técnica torna-se mais significativa, quanto a tomada de decisões importantes para a solução dos problemas educacionais.

É inegável que ao falarmos da autonomia escolar, falamos principalmente de uma escola independente e livre para que possa pensar coletivamente, discutir, planejar, construir e executar seu projeto político-pedagógico, entendendo que neste está contido o ideal de educação ou de uma escola a qual a sua comunidade almeja, bem como estabelecer os processos de participação no dia-a-dia da escola. (BRASIL, 2004).

“Entende-se que autonomia, no contexto da educação, consiste na ampliação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola e melhoria da qualidade do ensino que oferece, e da aprendizagem que promove pelo desenvolvimento de sujeitos ativos e participativos. Autonomia de gestão escolar é a característica de um processo de gestão que se expressa, quando se assume, com competência, a responsabilidade social de promover a formação de crianças, jovens e adultos, adequada as demandas de vida em uma sociedade em desenvolvimento, mediante aprendizagens significativas, a partir de decisões consistentes e coerentes, pelos agentes, levando em consideração, objetivamente, as condições e necessidades expressas desses jovens e crianças, devidamente compreendidas, no contexto de sua sociedade”. (LÜCK, 2006:91).

Diante de tudo que foi exposto vale ressaltar que a nossa escola pública em todos os seus níveis tem como função social formar o cidadão, ou seja, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o indivíduo mais solidário, crítico, ético e participativo. Através da escola pública o aluno aprende a contribuir

para a democratização da sociedade e entende que ela é um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício da cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria. (BRASIL, 2004).

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização desta pesquisa foi tanto bibliográfica quanto de campo.

Na pesquisa bibliográfica foram feitos levantamentos das literaturas publicadas relacionadas ao assunto que estavam disponíveis e ao alcance. Foram feitas também leitura e documentação destas publicações.

Quanto a pesquisa de campo, foi elaborado e aplicado um questionário “anexo III”, aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, que serviu na coleta dados possibilitando identificar a opinião e o conhecimento destes com relação ao tema, e que sem dúvida contribuiu na realização desta pesquisa. A aplicação do questionário foi realizada durante duas aulas que foram gentilmente cedidas por um dos professores da turma, sendo que o mesmo colaborou também na aplicação, isto é, foi ele que aplicou o questionário.

Acho importante destacar aqui, que embora a turma fosse composta por 24 alunos na época da pesquisa, apenas 20 responderam o questionário, sendo que 02 não estavam presentes e outros 02 não se interessaram em responder. Haja vista que durante a aplicação foi explicado os motivos da pesquisa bem como a liberdade de escolha se queria ou não participar.

Após o levantamento do material bibliográfico e a coleta dos dados através do questionário, as informações foram analisadas e na medida do possível confrontadas, contribuindo para a realização de uma pesquisa tanto qualitativa como quantitativa.

2.1- CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

Antes de iniciarmos com a análise e discussão dos resultados obtidos, farei uma breve caracterização da escola onde foi realizada a pesquisa.

Para evitar alguma forma de constrangimento ou qualquer tipo de desconforto para alguém, não identificarei o nome da escola de realização da pesquisa. Farei apenas um breve relato das características básicas dela, para contextualizar e situar o leitor com relação à escola pesquisada.

A escola pertence à rede estadual de ensino, ela foi criada em 1991. Situa-se num dos bairros periféricos do município de Alta Floresta – MT, possivelmente o bairro mais carente da cidade e que faz divisa com a zona rural. A escola oferta os níveis de ensino Fundamental e Médio, atendendo aproximadamente 750 alunos nos três períodos, matutino, vespertino e noturno. A grande maioria dos alunos que nela estudam pertencem ao próprio bairro, sendo que ela atende também alguns alunos de bairros e comunidades vizinhas, inclusive da zona rural.

O quadro de funcionários da escola é composto de 45 funcionários, sendo 01 gestor, 02 coordenadores, 28 professores e 14 servidores administrativos. A estrutura física da escola é de porte médio e é nova, pois foi construído um novo prédio e inaugurado há dois anos. Ela possui 12 salas de aula, 01 secretaria, 01 sala de gestor, 01 sala de professores, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática, 01 cozinha, 01 depósito de merenda, 01 refeitório, 05 banheiros, 01 horta pedagógica. Apesar de existir a bastante tempo e de ter um prédio novo, até hoje ainda não foi construída uma quadra esportiva decente para a prática desportiva, sendo que o que se chama de quadra é um piso todo danificado e que foi construído há 11 anos. Enfim são essas as principais características físicas da escola.

2.2- ANÁLISE E TABULAÇÃO DOS DADOS

Após a análise dos questionários respondidos pelos alunos verificou-se que as informações obtidas foram de grande valia para a realização desta pesquisa e que com certeza subsidiará tanto gestores como professores na elaboração de uma possível proposta de trabalho relacionado à temática central da pesquisa que é a cidadania.

2.2.1- PERFIL DOS ALUNOS PESQUISADOS

O gráfico 01, nos apresenta o número de alunos por idade na época da pesquisa, sendo que 80% dos alunos encontravam-se com idade entre 17 e 22 anos e os 20% restante tinham entre 33 e 44 anos, dando uma média de idade de 22,65 anos.

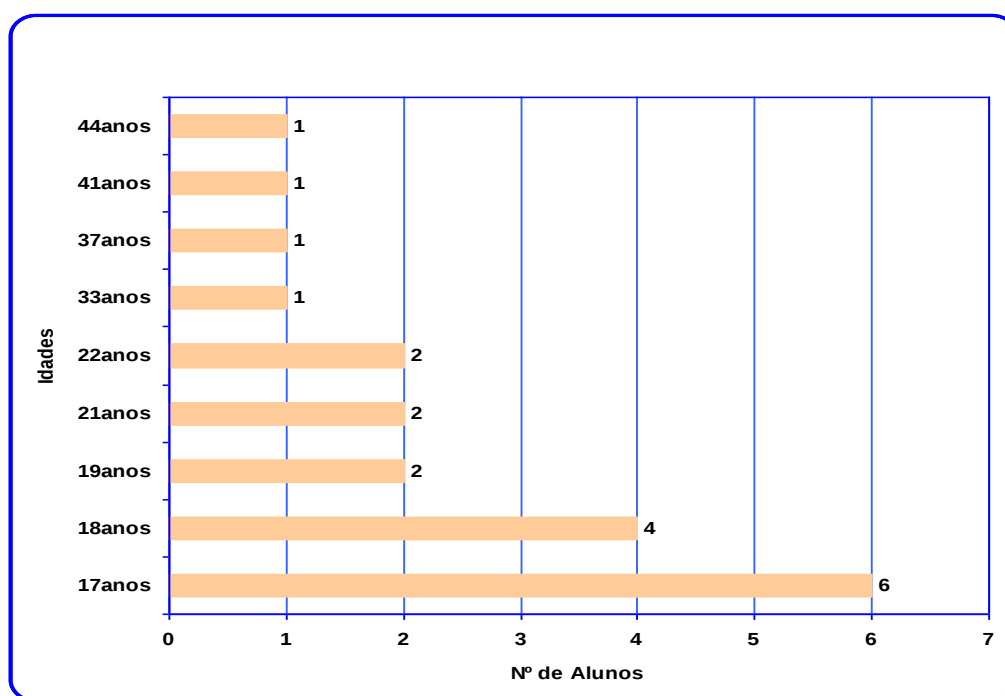


Gráfico 01 – 1ª Pergunta: “Qual sua idade?”

Observando as informações apresentadas neste primeiro gráfico percebemos que a turma tinha na época da pesquisa uma faixa etária média jovem. No entanto, existem dois aspectos que podemos destacar com relação a estes números:

Primeiro que, para uma turma de 3º ano do Ensino Médio observa-se uma grande defasagem idade / série, se considerarmos que de acordo com panorama do nosso sistema de ensino a idade aproximada para conclusão desta etapa da educação básica gira em torno de 17 e 18 anos, e como vemos no gráfico existem alunos com até 44 anos. Com base no número de alunos que responderam o questionário constatamos que apenas 50% deles estão dentro da faixa etária adequada para a conclusão do Ensino Médio, entretanto a outra metade encontra-se em distorção idade / série, o que é um índice preocupante que possivelmente é reflexo de algum problema das etapas anteriores da educação básica, e que estão bem acima do índice nacional, que gira em torno de 40% conforme pesquisa divulgada pela Agência Brasil.

“Esses números de distorção idade-série são muito expressivos de que elas estão ficando para trás dentro da escola. Esse é um problema de eficiência interna do sistema, é preciso que se tenham políticas para que os alunos aprendam na idade certa. Aprender na idade certa é um elemento fundamental para que a gente tenha políticas mais conseqüentes no Ensino Fundamental e nas outras etapas da educação básica. [...] Por causa do atraso acumulado no Ensino Fundamental, muitos jovens chegam ao Ensino Médio com a idade defasada. Isso contribui para aumentar a idade de conclusão: de cada 10 alunos que terminam o 3º ano, 04 tem mais de 17 anos”. (AGÊNCIA BRASIL, 2007).

Este alto índice de defasagem que assola a educação brasileira aflige também o alto escalão do nosso sistema de ensino.

“A diretora do Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Ministério da Educação (MEC), Jeanete Beauchamp, reconhece o problema do atraso escolar entre os alunos de 1ª a 8ª séries. Ela destaca que o governo trabalha não apenas para expandir o acesso ao Ensino Fundamental, mas também para garantir a qualidade. “É preciso somar fatores para a gente superar esses índices. Evidentemente que passa pela formação de professores, pela permanência do aluno, pelo fornecimento de material pedagógico também, tanto para os professores como para os alunos, e são evidentemente projetos que o ministério já vem desenvolvendo”. Em sua versão preliminar, apresentada em março, o Plano de Desenvolvimento da Educação já propõe medidas que podem ajudar a diminuir a defasagem entre idade e série no Ensino Fundamental. Uma das propostas é a realização do Provinha Brasil, um exame para avaliar a qualidade da alfabetização de crianças de seis a oito anos das escolas públicas”. (AGÊNCIA BRASIL, 2007).

O segundo aspecto é que, apesar desta defasagem e, como já foi mencionado anteriormente a média de idade é de 22,65 anos, podemos considerar uma turma relativamente jovem, porém maduros o suficiente para o exercício e prática da cidadania, como veremos na análise dos próximos gráficos, mais a frente.

O gráfico 02 a seguir nos traz o número de alunos por sexo, sendo que 55% da turma pertencem ao sexo feminino e 45% são do sexo masculino.

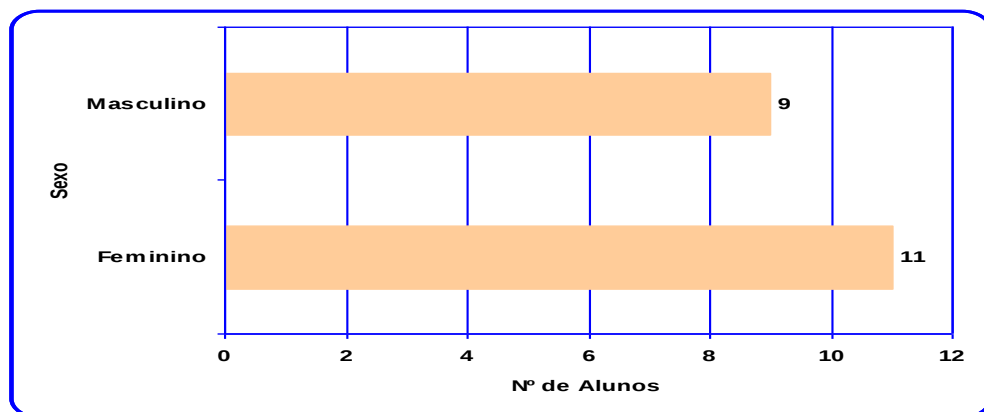


Gráfico 02 – 2ª Pergunta: “Qual seu sexo?”

Constatamos com estes dados que a turma é até bem equilibrada quanto à questão do gênero, pois a superioridade feminina é de apenas duas mulheres.

O gráfico número 03 apresenta-nos a situação dos alunos com relação à situação sócio-econômica referente a emprego. Na época da pesquisa cerca de 80% dos alunos estavam empregados e 20% estavam desempregados.

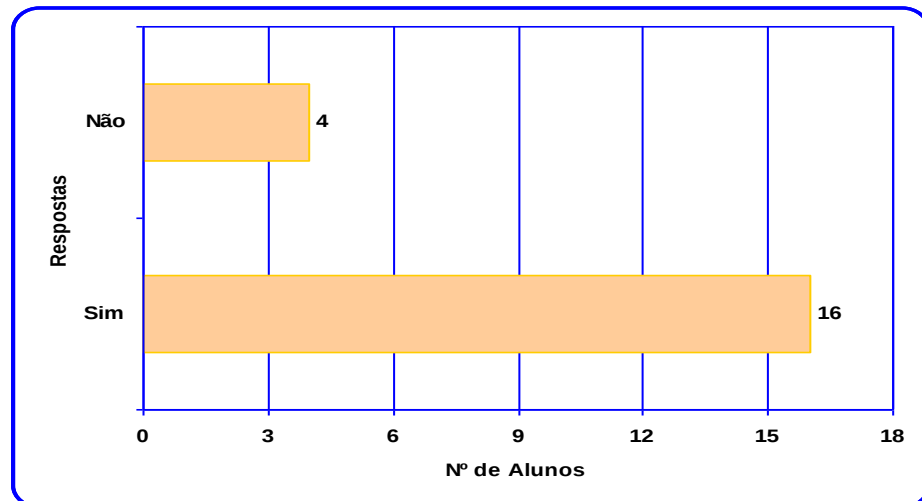


Gráfico 03 – 3ª Pergunta: “Você possui emprego?”

Podemos perceber com estes dados que, apesar da grande maioria estar trabalhando, o índice de desemprego da turma é preocupante, ainda mais se compararmos ao índice de desemprego divulgado, que gira em torno de 11% (DIEESE, 2007).

Isto nos mostra o quanto está difícil o mercado de trabalho e que se todos não estiverem preparados fica muito difícil de conseguir um emprego. Daí a importância de uma educação escolar de boa qualidade, pois só assim poderá preparar indivíduos capazes de enfrentar o mercado de trabalho. Nesta perspectiva de educação de boa qualidade DEMO (2004:28)

“Por qualidade educativa da população entende-se acesso universalizado a conhecimento básico educativo, capaz de garantir a todos condições de participar e produzir. Para resumir numa expressão, trata-se de desenhar a formação básica necessária e que deveria estar ao alcance de todos, sobretudo via universalização do 1º grau”.

2.2.2- OS ALUNOS E A TEMÁTICA CIDADANIA

Os próximos 05 gráficos trarão informações relacionadas ao eixo central da pesquisa que é sobre cidadania.

Começando pelo gráfico 04, o qual nos apresenta as respostas dos alunos diante da questão – o que é cidadania?

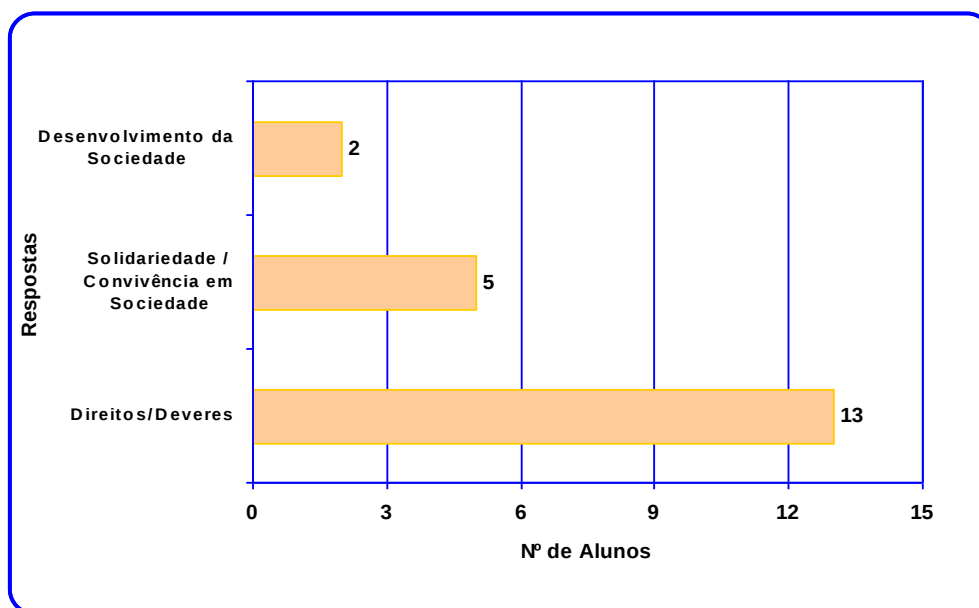


Gráfico 04 – 4ª Pergunta: “Na sua opinião o que é cidadania?”

A grande maioria dos pesquisados, 65% para ser mais exato, respondeu que cidadania é o exercício dos direitos e deveres que todos temos perante a sociedade. Para 25% cidadania tem a ver com solidariedade e convivência em sociedade. E 10% dos alunos respondeu que cidadania está ligada ao desenvolvimento da sociedade.

Diante destes dados pode-se dizer que os alunos sabem pelo menos de forma teórica o que é cidadania, pois analisando suas respostas todas são coerentes e estão interligadas, isto porque, para boa parte deles cidadania é o exercício dos direitos e deveres e que conseqüentemente se todos cumprissem com este pressuposto da cidadania, teríamos sem dúvida uma sociedade mais solidária, bem como uma sociedade mais desenvolvida, como respondeu a outra parte dos pesquisados. É possível afirmar que de acordo com as respostas dadas eles realmente aprenderam sobre cidadania, tendo em vista alguns preceitos sobre a temática:

“Cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998:14)

“Cidadania é poder ser livre para expressar novas idéias e ter o direito de divulgá-las. É poder eleger um Deputado ou um Presidente ou até mesmo um Vereador, sem que seja questionado sobre sua

opinião. É também ter direito de ser gordo ou negro, baixo ou deficiente e poder se encaixar no meio social sem ser discriminado. É poder ser católico ou evangélico sem ser perseguido". (SALAZAR, 2007)

"A solidariedade é um componente da cidadania. Aquele que não se sente tocado pelo que acontece com os outros não tem nenhum motivo para desenvolver seus saberes e suas competências cívicas; vale mais a pena preparar-se para sobreviver na selva. Não existe comunidade democrática sem um mínimo de solidariedade, quer ela nasça de simples cálculo, quer ela repouse sobre valores humanos". (PERRENOUD, 2005:16).

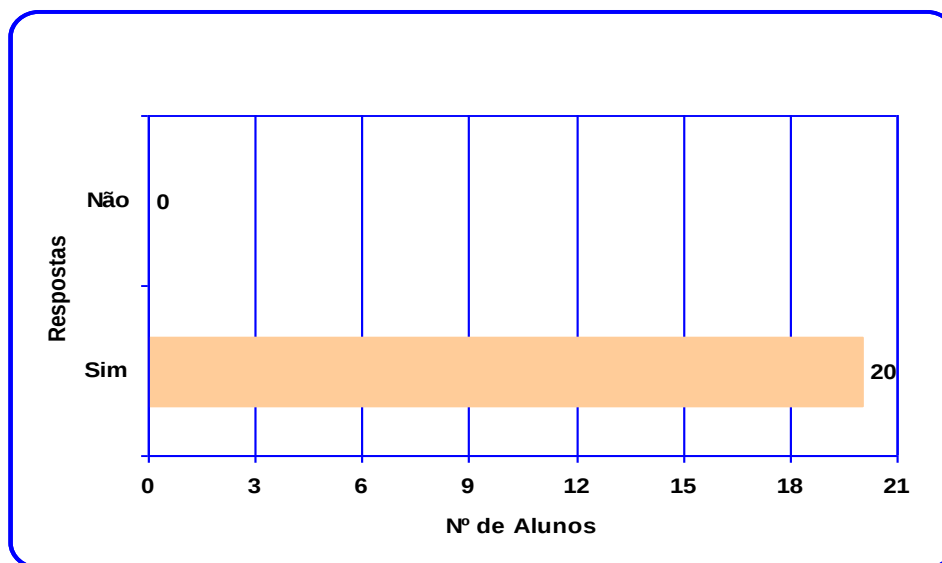


Gráfico 05 – 5ª Pergunta: “Ao longo da sua trajetória escolar foi ensinado sobre cidadania na escola?”

O gráfico número 05 traz as repostas dos alunos quanto ao ensino da cidadania na escola. Sendo que todos foram unânimes em responder que sim, ou seja, foi ensinado sobre cidadania na escola durante a trajetória escolar deles.

Percebemos através destas informações que, como todos responderam que o tema cidadania foi trabalhado na escola no decorrer de suas vidas escolares, isso nos mostra que a escola apesar de muitas vezes criticada e questionada quanto ao seu papel na formação cidadã dos alunos, ela está sim trabalhando sobre cidadania no seu interior. É bem provável que ela apresente falhas, pois como sabemos o nosso sistema de ensino não é perfeito, porém mesmo assim ela está realizando o seu trabalho. O que vale ressaltar aqui é de que na escola aprende-se sim sobre cidadania, basta que todos se empenhem que muita coisa pode mudar.

“Não tenho nenhuma dúvida de que um trabalho de base feito com o envolvimento de professores, alunos, comunidade e governo teria resultados bastante satisfatórios num lapso de tempo curto. A mudança de atitude das pessoas com relação à escola, baseada num sentimento de responsabilidade mútua, poderia constituir o ponto de partida para uma importante virada. Afinal de contas, cidadania é

participação, é ter direitos e obrigações, e, ao contrário do que muitos pensam, se aprende na escola”. (PINSKY, 2005:114).

Diante desta perspectiva de escola para cidadania é importante ressaltar a participação de todos, pois como afirma CARVALHO (2004:86):

“Nesse sentido, o engajamento das instituições escolares em favor de uma formação geral que resulte no preparo para o exercício da cidadania e se empenhe na promoção de uma conduta fundada em princípios éticos de valorização dos direitos e deveres fundamentais da pessoa deixou de ser um assunto restrito a especialistas e profissionais da educação para se constituir em uma questão de interesse público”.

No entanto, é importante destacar que, para a escola trabalhar sobre esta temática os professores deverão estar comprometidos com o assunto, bem como terem uma formação adequada.

“Para desenvolver a cidadania, a escola precisa de professores que sejam pessoas confiáveis, mediadores interculturais, coordenadores de uma comunidade educativa, fiadores da Lei, organizadores de uma pequena democracia, condutores culturais e finalmente intelectuais. Essas qualidades só se revelarão se forem explicitamente buscadas e desenvolvidas na formação dos professores”. (PERRENOUD, 2005:17).

No gráfico 06 é apresentado as respostas dos alunos se eles praticam ou não cidadania no cotidiano. Observa-se que todos responderam que praticam sim, a cidadania, sendo que 60% respondeu que esta prática da cidadania está condicionada ao exercício dos direitos e deveres; para os 40% restantes a prática da cidadania está ligada à solidariedade e convivência em sociedade.

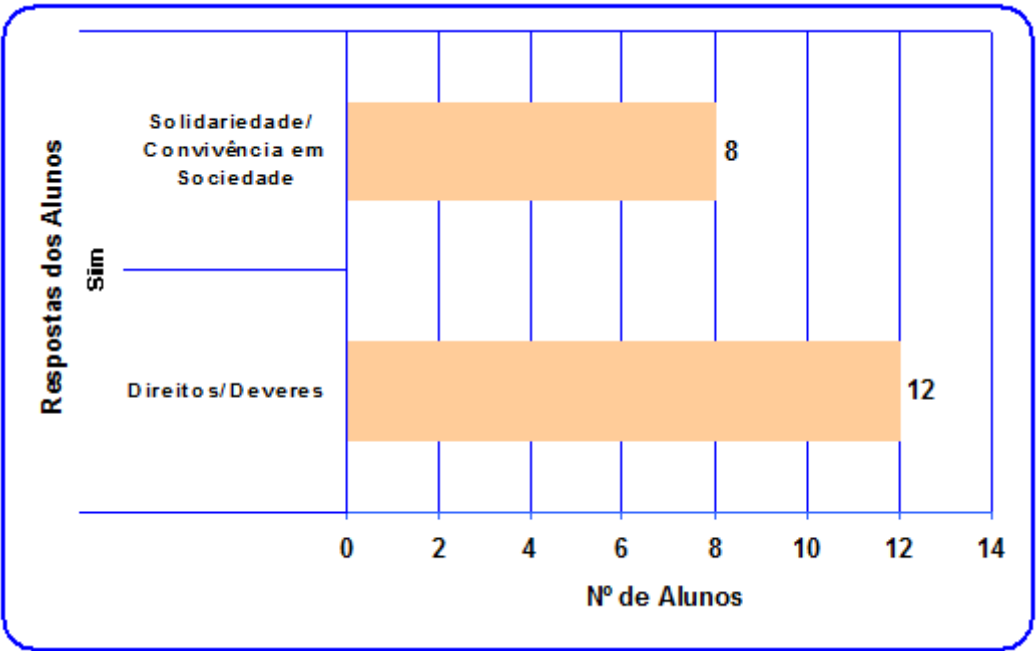


Gráfico 06 – 6ª Pergunta: “Você pratica cidadania no seu dia-a-dia? Justifique.”

Entendo que esta questão está ligada à questão quatro, a qual pergunta ‘o que é cidadania?’ sendo que os alunos foram bem coerentes com suas respostas, pois tanto naquela como nesta questão o conteúdo principal das respostas foram os mesmos, isto é, que cidadania está ligada ao cumprimento dos direitos e deveres, bem como à prática da solidariedade e convivência em sociedade. Isto nos mostra que os alunos possuem uma opinião sólida sobre o assunto.

Percebemos através das respostas dos alunos que eles estão atentos com real condição de ser cidadão, pois podemos dizer que cidadão é o indivíduo no exercício da cidadania, e como tal possui diversos direitos, sobretudo os direitos sociais.

“Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais”. (PINSKY, 2005:9).

Vale ressaltar que o cidadão também se faz no dia-a-dia, ou seja, a vida cotidiana é uma verdadeira escola para a prática da cidadania.

“A vida cotidiana é a verdadeira escola da cidadania. Não existe o cidadão pronto e acabado, idealizado. O que existe é a cidadania em construção. Aprende-se a ser cidadão através da prática da cidadania. O lugar e o espaço primeiro, original e permanente de cidadania é o lugar e o espaço em que se vive, se luta para viver melhor, se trabalha, se estuda, se reza, se faz festa. Na casa, na escola, na rua, [...], é aqui que se é mais ou menos cidadão, isto é: a pessoa que participa, que decide, que faz e que ajuda a fazer o que é bom para todos, inclusive para si próprio”. (CNBB, 1996:22).

Este sétimo gráfico nos traz as respostas dos alunos quanto a importância da cidadania para a vida em sociedade.

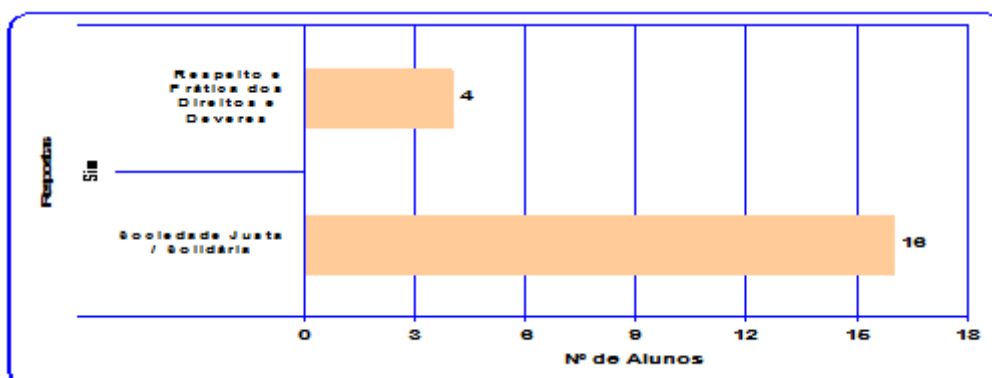


Gráfico 07 – 7ª Pergunta: “Na sua opinião a cidadania é importante para a vida em sociedade? Justifique.”

Analisando as informações contidas neste gráfico percebemos que os alunos foram unânimes em responder que a cidadania é importante para a vida em sociedade. Sendo que 80% dos pesquisados responderam que o exercício pleno de cidadania é importante, pois teremos uma sociedade mais justa e solidária. Para os 20% restantes, a cidadania é importante, tendo em vista que se todos praticarmos a cidadania como se deve, teremos mais respeito e prática dos direitos e deveres à nós estabelecidos nas legislações.

Observando as respostas dadas a esta questão percebemos que todos, apesar das repostas diferentes, sabem da importância da cidadania para a nossa vida em sociedade, mostrando-nos que a escola está sim exercendo uma de suas funções que é a formação de cidadãos.

Diante disto creio que ela está desempenhando com eficiência esta tarefa, pois as respostas dos alunos estão em consonância as literaturas disponíveis sobre o assunto, pois como afirma Dalmo Dallari, o exercício da cidadania está ligado à consciência do valor humano, de suas características essenciais, sua necessidade de convivência e a obrigação de respeitar a dignidade de todos os seres humanos, independente de sua condição social, fator fundamental para uma sociedade mais justa e solidária. (DALLARI in: CARVALHO, 2004).

No oitavo e último gráfico, observamos as respostas dos alunos quanto à pergunta que podemos identificá-la como chave para a pesquisa, pois ela está relacionada diretamente com o objetivo, ou seja, se a escola realmente contribui para formação cidadã de seus alunos.

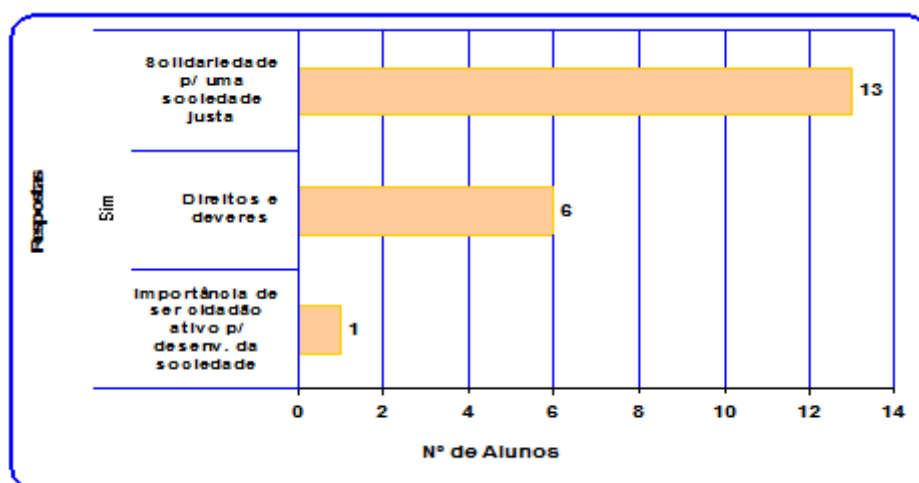


Gráfico 08 – 8ª Pergunta: "Na sua opinião a escola contribuiu para sua formação cidadã? Justifique."

Analisando as respostas podemos constatar que houve unanimidade quanto a uma afirmação positiva. Sendo que para 5% dos alunos, a escola contribuiu para sua formação cidadã, na medida em que lhe ensinou sobre a importância de ser um cidadão consciente e ativo para que tenhamos um bom desenvolvimento da sociedade. Ensinando sobre a importância dos direitos e deveres que todos temos que praticá-los perante a sociedade foi a resposta de 30% dos pesquisados. Já para a grande maioria, isto é, 65% dos alunos a escola contribuiu na sua formação enquanto cidadão, na medida em que lhes ensinou sobre a importância deste assunto conscientizando-os quanto a prática da solidariedade para alcançarmos uma sociedade mais justa. Percebemos com estas respostas que a escola está sim desempenhando – embora às vezes com dificuldades – um de seus papéis que é a formação para a cidadania, como preconiza a legislação.

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (MATO GROSSO, 1997:19).

É importante destacar que ao contrário do que algumas pessoas possam pensar, existe uma relação entre educação e cidadania, e que a escola é sim um espaço de suma importância na construção de cidadania.

“Há e muita, uma relação entre educação e cidadania, no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma precondição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição”. (BUFFA, ARROYO, NOSELA, 1999:79).

Creio que, com o que foi apresentado com estes dados, nos resta enquanto gestores e educadores que somos, continuar com o nosso trabalho de formadores de opinião e conseqüentemente fomentarmos sobre o tema cidadania tanto dentro como fora da escola, pois só assim para termos jovens mais conscientes de suas responsabilidades diante da sociedade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As explanações feitas neste trabalho mostraram-nos que a história e os valores da cidadania encontram-se em permanente construção, sendo que esta construção se deu ao longo de toda a história da humanidade, bem como se deu através de muitas lutas entre os povos mundo a fora, inclusive no Brasil.

Diante das exposições feitas, conclui-se que cidadania não é algo que se encontra pronto e acabado, pois ela está em constante transformação, tendo em vista as nossas evoluções e conquistas enquanto seres humanos e que sua concepção pode sofrer algumas alterações conforme cada país.

Pode-se concluir também que a educação escolar exerce um papel de grande relevância na formação do indivíduo enquanto cidadão, pois está preparando o educando para o exercício da cidadania.

Sendo assim pode-se concluir que, tanto com base nos pressupostos teóricos quanto na pesquisa de campo com base no questionário respondido pelos alunos, observou-se que a escola apesar de algumas ressalvas está cumprindo com uma de suas finalidades que é a formação de seus alunos para serem cidadãos.

Portanto, cabe a nós enquanto educadores, fomentarmos esta prática tanto dentro como fora do ambiente escolar, até porque cidadania não se faz apenas na escola, mas em todo os cantos que nos encontramos. Sendo que com isto teremos uma sociedade mais justa e solidária, que é o sonho de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL, agência. **Maioria dos Jovens está fora do Ensino Médio**. In: <http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,OI1532376-EI8266,00.html> , acesso em: 22 maio 2007.

_____. **Distorção entre idade e série cursada é preocupante**. In: <http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,OI1532376-EI8266,00.html> , acesso em: 22 maio 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais: ética, vol 8**. 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel G., NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 7.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CIDADANIA, o que é? In: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/ogc.htm>, acesso em: 29 mar. 2007.

CNBB. Setor Pastoral Social. **A Prática da Cidadania Como Educação Política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DALLARI, Dalmo. **A Cidadania e Sua História.** In: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/historia.htm>, acesso em: 09 maio 2007.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação.** 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego: ocupação diminui e desemprego aumenta, em resultados usuais para o período.** In: http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana0307.pdf, acesso em: 16 maio 2007.

FRANCO, Alexandre de Paula. **Conselhos Escolares: caminho para a democratização da educação.** Revista Gestão em Rede. CONSED. Brasília 73: 12-15. Out. 2006.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã: educação para e pela cidadania.** In: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/Escola_Cid_Mov_projeto_2000.pdf, acesso em: 12 mar. 2007.

_____. **O Projeto Político-Pedagógico da Escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania.** In: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/Projeto_Politico_Ped_1998.pdf, acesso em: 12 mar. 2007.

LÜCK, Heloísa, et al. **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar.** Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCK, Heloisa. Coleção: Cadernos de Gestão. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa. Coleção: Cadernos de Gestão. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional.** Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa. Coleção: Cadernos de Gestão. **A Gestão Participativa na Escola.** Petrópolis: Vozes, 2006.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Cuiabá: SEDUC, 1997.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Escola e Cidadania.** In: www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=26505&lan=PT, acesso em: 17 maio 2007.

O QUE É CIDADANIA. In: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/oque_e_cidadania.html, acesso em: 29 mar. 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e Educação.** 9.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SALAZAR, Wanderli F. **Cidadania – O que é**. In: http://www.estudiologia.hpg.ig.com.br/historia_cidadania2.htm, acesso em: 29 mar. 2007.

SANTANA, Marcos Silvio de. **O que é cidadania**. In: <http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.html>, acesso em: 17 maio 2007.

ANEXOS

ANEXO I

Modelo do pedido de autorização apresentado à direção da escola na qual foi realizada esta pesquisa.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, **Marcio Leal Teles da Silva**, sou pós-graduando do curso Gestão, Supervisão e Orientação Escolar ofertado pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – AJES, da turma de Alta Floresta. Estou concluindo o curso e para tanto preciso desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso (monografia), sendo que o tema escolhido foi ***“Educação Escolar e a Formação Para a Cidadania”***.

Portanto, solicito junto à direção desta Unidade Escolar autorização para realizar minha pesquisa com uma turma do 3º Ano do Ensino Médio.

Alta Floresta – MT / 2007

Marcio Leal Teles da Silva
Pós-graduando / AJES

ANEXO II

Modelo de autorização expedida pela direção da escola na qual foi realizada esta pesquisa.

AUTORIZAÇÃO

Eu, x-x-x-x-x-x-x-x, diretora da Escola x-x-x-x-x-x-x-x, autorizo o pós-graduando em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar, o senhor Marcio Leal Teles da Silva, ofertado pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – AJES, da turma de Alta Floresta a desenvolver seu trabalho de pesquisa com a turma do 3º Ano do Ensino Médio, em atendimento às exigências do curso para sua conclusão.

Alta Floresta – MT / 2007

Diretora da Escola

ANEXO III

Modelo do questionário apresentado e respondido pelos alunos para realização da pesquisa de campo.

Prezado (a) Aluno (a);

Eu, Marcio Leal Teles da Silva, sou pós-graduando em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar ofertado pela Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena – AJES, turma de Alta Floresta – MT. Diante disto peço por gentileza sua colaboração para realização de minha pesquisa, sendo que este questionário será de suma importância na elaboração de minha monografia. A monografia é pré-requisito para se obter o título de Especialista em Gestão Escolar, portanto, conto com sua compreensão e colaboração.

Leia atentamente antes de responder cada questão. Não precisa pôr o nome no questionário, peço-lhe apenas que seja sincero ao responder cada pergunta. Caso não se sinta a vontade em responder o questionário não precisa respondê-lo.

QUESTIONÁRIO

1- Qual sua idade?

2- Qual o seu sexo?

Masculino (☐); Feminino (☐)

3- Você possui emprego?

Sim (☐); Não (☐)

4- Na sua opinião o que é cidadania?

5- Ao longo da sua trajetória escolar foi ensinado para você sobre cidadania?

Sim (☐); Não (☐)

6- Você pratica cidadania no seu dia a dia?

Sim (☐); Não (☐). Justifique.

7- Na sua opinião a cidadania é importante para a vida em sociedade?

Sim (☐); Não (☐). Justifique.

8- Na sua opinião a escola contribuiu para sua formação cidadã?

Sim (☐); Não (☐). Justifique.